



UNIVERSIDADE FEDERAL DE VIÇOSA

Ana Carolina Jerônimo Dias

O Cooperativismo sob a perspectiva do MST: Algumas reflexões sobre notícias veiculadas no site do movimento entre os anos de 2018 à 2020

**VIÇOSA – MINAS GERAIS
2021**

Ana Carolina Jerônimo Dias

O Cooperativismo sob a perspectiva do MST: Algumas reflexões sobre notícias veiculadas no site do movimento entre os anos de 2018 à 2020

Relatório final, apresentado a Universidade Federal de Viçosa, como parte das exigências para obtenção do título de Bacharel em Cooperativismo.
Orientador: Marcelo Leles Romarco de Oliveira
Coorientadora: Sara Fialho

**VIÇOSA – MINAS GERAIS
2021**

Ana Carolina Jerônimo Dias

O Cooperativismo sob a perspectiva do MST: Algumas reflexões sobre notícias veiculadas no site do movimento entre os anos de 2018 à 2020

Relatório final, apresentado à Universidade Federal de Viçosa, como parte das exigências para obtenção do título de Bacharel em Cooperativismo.

APROVADO: 14 de Outubro de 2021

Angelina Moreira Melo

Renato de Carvalho Lopes

Marcelo Leles Romarco de Oliveira
(Orientador)

Sara Fialho
(Coorientadora)

Este trabalho foi feito em formato de artigo com base nas normas da revista “Revista de Extensão e Estudos Rurais”, assim visando a sua publicação ao longo do ano de 2021.

<https://periodicos.ufv.br/rever/index>

SUMÁRIO

1. Introdução.....	1
2. Procedimentos Metodológicos	3
3. Resultados e discussões.....	8
3.1. Um breve debate sobre a Reforma Agrária no Brasil.....	8
3.2. Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra	12
3.3. O movimento cooperativista e sua relação com os assentamentos e seus assentados	15
3.4. O Cooperativismo sob a perspectiva do MST nos assentamentos da Reforma Agrária.....	17
4. Considerações finais.....	21
5. Referências	22

Cooperativismo sob a perspectiva do MST: Algumas reflexões sobre notícias veiculadas no site do movimento entre os anos de 2018 à 2020

Resumo

Esse artigo foi elaborado com o intuito de verificar parte da percepção do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST) sobre o Cooperativismo, buscando compreender o papel e a importância do Cooperativismo enquanto elemento de organização social no âmbito dos assentamentos da Reforma Agrária. Para viabilizar os resultados deste trabalho, empreendeu-se uma revisão bibliográfica, pautada em uma análise de conteúdo das matérias veiculadas no site do MST de 2018 a 2020, as quais tinham por tema o cooperativismo. Dessa forma, procedeu-se à uma breve apresentação do MST, da Reforma Agrária no Brasil, do Cooperativismo e da dinâmica dos assentamentos rurais para que, assim, fosse possível atingir o objetivo, bem como se essa relação construída a partir do cooperativismo seria relevante no fortalecimento do movimento. Dito isso, foi possível refletir de que modo o Cooperativismo pode contribuir como um processo organizativo trazendo novas possibilidades para famílias assentadas da Reforma Agrária.

Palavras Chaves: MST; Cooperativismo; Assentamentos Rurais; Reforma Agrária.

Cooperatives from the perspective of the MST: Some reflections on news published on the movement's website between the years 2018 to 2020

Abstract

This article was prepared with the aim of verifying part of the perception of the “Movimento Sem Terra (MST)” on Cooperativism, searching for understanding the function and importance of Cooperativism as an element of social organization in the context of Agrarian Reform settlements. To carry out this research, a literature review was undertaken, based on a content analysis of the articles published on the MST website from 2018 to 2020, such as which were by theme cooperativism. There was a brief presentation of the MST, Agrarian Reform in Brazil, Cooperativism and the dynamics of rural settlements so that it would be possible to achieve the objective, as well as whether this relationship built from cooperativism would be relevant in strengthening the movement. It was possible to reflect on how Cooperativism can contribute as an organizational process bringing new possibilities for settled possibilities of Agrarian Reform.

Keywords: MST; Cooperatives; Rural Settlements; Land reform.

1. Introdução

Como acadêmica do curso de Cooperativismo na Universidade Federal de Viçosa (UFV), propus como tema para o meu Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) entender como o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-terra (MST) ligado à agricultura familiar, percebe o Cooperativismo dentro de seus trabalhos junto às famílias de assentados da Reforma Agrária. Esse interesse surgiu através da minha vivência no referido curso acadêmico e em leituras que tratam da importância das organizações coletivas como contribuintes no processo de organização de famílias junto à assentamentos rurais ligados ao MST, onde a organização dos sujeitos e suas famílias pode contribuir para a melhoria e concretização dos objetivos e ideais promovidos pelo movimento. A partir disso, criou-se um desejo em compreender melhor como se dava essa relação e de que forma ela se constituía.

No que se refere aos assentamentos de Reforma Agrária, Oliveira (2007) aponta que esses espaços são compostos majoritariamente por agricultores familiares que geralmente não tinham acesso à terra, e por muitas vezes essa posse ocorre a partir da criação de um assentamento, onde é permitido que esses trabalhadores possam acessar e cultivar a terra. Uma forma de fortalecimento desses assentamentos, é o trabalho coletivo através, por exemplo, das associações ou cooperativas, pois essas podem contribuir como instrumentos de organização e desenvolvimento social e econômico destes espaços.

As cooperativas, no contexto dos assentamentos da Reforma Agrária podem contribuir não só para a organização social dos assentados, mas também, na organização produtiva de beneficiamento dos produtos agropecuários e na sua comercialização, chegando assim, ao mercado um produto com melhor qualidade e mais competitivo.

Isso ocorre porque dentro da dinâmica capitalista da produção agrária, é difícil que um agricultor familiar ou mesmo assentados de Reforma Agrária consigam se inserir e concorrer sozinhos em mercados tão competitivos. No Brasil, em particular, após a Revolução Verde¹, o sistema produtivo privilegiou principalmente os grandes produtores rurais, tornando difícil o acesso dos pequenos e médios agricultores a todo o pacote tecnológico e aporte financeiro para um aumento da produção em escala, devido ao seu alto valor, além do desamparo econômico e da ausência de políticas públicas para esse

¹ Revolução Verde é o termo dado, aos processos de transformação da agricultura no caso do Brasil, a partir da década de 1960. No qual consistia, basicamente, na mudança da base produtiva através de pacotes tecnológicos importados principalmente, do EUA

segmento. Ressalta-se que apenas a partir de 1996 com a criação do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf) instituiu-se uma política de crédito voltada para esse público em questão.

Sendo assim, o Pronaf, que foi conquistado através das lutas travadas pelos trabalhadores e movimentos sociais ao longo das décadas, apresentou-se como um mecanismo de mitigar o processo histórico marcado pela dificuldade de acesso dos agricultores familiares ao crédito, e com isso a possibilidade de maiores investimentos no manejo e produção, possibilitando que os produtos dessa categoria tenham um acesso mais amplo ao mercado, o que pode ser facilitado, ainda, pela organização coletiva desses sujeitos em torno de cooperativas.

Nesse sentido, o Cooperativismo ao longo de sua história, tem se apresentado enquanto uma forma de organização que contribui para o desenvolvimento social, econômico e cultural em diversas áreas da sociedade, proporcionando mais autonomia aos grupos que estiveram à margem da economia capitalista desde a Revolução Industrial onde o camponês perdeu seu espaço e valor social para o trabalho fabril. Justificando, portanto, o Cooperativismo como um instrumento que pode auxiliar esses agricultores e fortalecer o movimento social.

Desta forma, levando em consideração o aspecto social das organizações cooperativas, é possível apontar que o MST encontrou nesse tipo de arranjo uma alternativa de empreendimento para que as famílias assentadas possam se estruturar e consigam inserir, de forma coletiva e organizada, seus produtos no mercado. Também, cabe reforçar que ao longo desse artigo demonstra-se que o Cooperativismo na visão do MST, para além dessa questão de mercado, tem como um de seus pilares a contribuição na organização social e coletiva dessas famílias assentadas, reforçando assim, os laços sociais e políticos do significado da Reforma Agrária.

Nesse sentido, Fabrini (2020, p.70) aponta que “A proposta dos trabalhadores não é de uma Reforma Agrária apenas de caráter econômico, limitada aos domínios do mercado, visando o abastecimento alimentar, mas uma reforma social”. Assim, o presente trabalho tem por objetivo trazer algumas reflexões sobre a percepção do MST no que tange a importância do Cooperativismo nos contextos dos assentamentos rurais. Para isso, valeu-se de uma análise de conteúdo produzida a partir da seleção de notícias sobre o Cooperativismo encontradas no *site* institucional do MST, a fim de compreender como o movimento percebe a importância do Cooperativismo nas questões de desenvolvimento socioeconômico e no que repercute suas atividades no meio dos assentamentos da Reforma Agrária.

Diante dessas considerações iniciais, esse trabalho foi dividido em quatro momentos. Em um primeiro momento, trará das orientações metodológicas que guiaram o estudo, posteriormente será feita uma breve apresentação do MST e da Reforma Agrária para compreender e desenhar breves apontamentos de como se deu a luta pela terra no Brasil, logo após será abordado alguns conceitos sobre cooperativas e o movimento cooperativista, e, por fim, faz-se uma análise das notícias publicadas no *site* institucional do MST com vinculação ao tema Cooperativismo, a fim de refletir sobre a perspectiva do movimento a respeito da importância das cooperativas no contexto dos assentamentos da Reforma Agrária.

2. Procedimentos Metodológicos

A metodologia empregada em uma pesquisa revela-se uma fase de elementar importância no contexto acadêmico, uma vez tratar-se da demonstração do caminho percorrido pelo pesquisador até o alcance de seus resultados.

Nesse sentido, para o desenvolvimento do presente trabalho valeu-se de uma pesquisa bibliográfica e uma revisão de literatura, como fonte inicial de coleta de informações e sistematização das categorias de análise a serem desenvolvidas ao longo do referencial teórico.

Sobre a revisão bibliográfica, autores como Oliveira (2011, p.40) apontam que “A principal vantagem da pesquisa bibliográfica reside no fato de fornecer ao investigador um instrumental analítico para qualquer outro tipo de pesquisa”. Ou seja, nela podemos nos orientar através de estudos já realizados e trazer elementos que contribuam para a compreensão do objetivo proposto. Assim, buscou-se trazer elementos que ajudaram a entender a história do MST e o Cooperativismo no contexto da Reforma Agrária brasileira.

Para além da revisão de literatura, procedeu-se à uma pesquisa documental, tendo como fonte principal de coleta de dados o *site* institucional do MST², a partir do qual foi possível realizar um levantamento dos conteúdos produzidos e divulgados tendo como buscador-chave o vocábulo Cooperativismo. Para tanto delimitou-se um recorte temporal correspondente ao período compreendido entre os anos 2018 a 2020, o qual foi escolhido visto que as análises foram feitas de forma manual, não sendo viável uma delimitação temporal para além da realizada.

² <https://mst.org.br/noticias/>

Nesse sentido, para instrumentalizar a seleção dos dados a serem utilizados ao longo da pesquisa, percorreu-se o seguinte caminho na plataforma eletrônica do MST: “Home Page do MST” >> “Pesquisar” >>> “Cooperativismo”, de forma a abranger todos os materiais que de alguma forma tratem do termo geral Cooperativismo.

É importante destacar que a escolha do *site* como principal fonte de coleta de dados principal se deu em função da impossibilidade da realização de pesquisa de campo, ocasionada pela pandemia de Covid-19, declarada em 11/03/2020, na qual as recomendações sanitárias orbitam em torno do isolamento social e medidas de distanciamento, dificultando assim, a realização da pesquisa *in loco*. Portanto, a justificativa de eleger o *site* oficial do MST como plataforma de consulta, foi guiada pela convicção de que os materiais contidos na página eletrônica, trariam uma perspectiva de como MST³ aborda o Cooperativismo dentro de suas atividades nos assentamentos da Reforma Agrária.

Ao todo foram encontradas 53 matérias a partir da pesquisa geral do termo “cooperativismo”, porém, ao analisar as matérias na leitura flutuante de todos os materiais encontrados, 11 (onze) foram descartadas por serem consideradas incompatíveis com o objetivo e/ou sem relação com tema principal, ou seja, a palavra cooperativismo não estava relacionada a nenhum tema, sendo, portanto, uma palavra solta no texto, e 01 (uma) matéria foi excluída por duplicidade do conteúdo, o que totaliza 12 (doze) matérias foram descartadas, não se tornando relevantes para a análise. Em razão disso, restaram 41 (quarenta e uma) matérias que guardavam ligação direta com o tema proposto. No Quadro 1, a seguir, é apresentado o número de matérias encontradas, distribuídas anualmente.

Quadro 1. Volume de matérias analisadas por ano de publicação

Ano	Quantidades de matérias
2018	08
2019	13
2020	20
Total	41

Fonte: Pesquisa, dados próprios, 2021.

³ Cabe destacar o MST é um movimento social que articula diversas atividades, atuando em diversas frentes no que tange, principalmente, o debate sobre Reforma Agrária. Mas neste trabalho se propôs a compreender como o MST, ver as cooperativas como elementos importantes nos assentamentos da Reforma Agrária.

É interessante ressaltar que o Cooperativismo, segundo a Organização das Cooperativas Brasileiras - OCB, é organizado em sete ramos, sendo eles i) agropecuário, ii) consumo, iii) crédito, iv) infraestrutura, v) saúde, vi) trabalho, vii) produção de bens e serviços e transporte. Nesse sentido, tem-se uma noção a extensão do Cooperativismo e as várias formas que conseguiu-se encontrá-lo nas análises, porém como trata-se de um movimento social que tem seu foco principal na produção agropecuária, não abordar-se à todos os ramos, todavia, pode-se encontrar nas análises alguma relação com os demais ramos.

Analisando e sistematizando esse material, percebe-se uma variedade de temas que o MST vincula ao Cooperativismo, como produção, habitação, educação, comercialização, financiamento de cooperativas, desenvolvimento social e econômico, assistência técnica, fortalecimento da agricultura familiar, entre outros. Para apreciação dos dados escolheu análise de conteúdo de Laurence Bardin que auxiliou na fundamentação e interpretação dos resultados.

Sobre a importância da análise de conteúdo autores como Franco (2021, p.22 *apud* BARDIN, 1977, p.38), indicam que a análise de conteúdo está associada um grupo de instrumentos de análises de comunicações nos quais empregam um conjunto de passos e objetivos para a descrição do teor de mensagens. Portanto, “A intenção da análise de conteúdo é a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção e recepção das mensagens, inferência esta que ocorre a indicadores (quantitativos, ou não)”.

Dito isso, após a leitura flutuante das matérias encontradas, as 40 matérias selecionadas no *site* que foram sistematizadas no Quadro 2, a seguir, sendo organizadas em ordem cronológica da data de publicação, constando, ainda, título da matéria e o *link* de acesso. Percebeu-se que a palavra Cooperativismo e suas variáveis como, cooperativa e cooperação, aparece em apenas 11 vezes no título das matérias, que se encontram em negrito para uma melhor visualização, porém o objetivo foi a análise do texto escrito e em qual momento e contexto o Cooperativismo se encaixa.

Quadro 2. Matérias no site do MST sobre Cooperativismo no período de 2018 a 2020

Data	Título	Link de Acesso
21/02/2018	MST realiza primeira semana agroecológica do Vale do Paraíba	https://mst.org.br/2018/02/21/mst-realiza-primeira-semana-agroecologica-do-vale-do-paraiba/
05/05/2018	Feira Nacional debate políticas públicas e comercialização em seminário	https://mst.org.br/2018/05/05/feira-nacional-debate-politicas-publicas-e-comercializacao-em-seminario/

18/06/2018	Vinte e cinco Sem Terra se formam em Curso Técnico em Cooperativismo	https://mst.org.br/2018/06/18/vinte-e-cinco-sem-terra-se-formam-em-curso-tecnico-em-cooperativismo/
10/07/2018	Mulheres do MST participam de Feira Mundial de Economia Solidária	https://mst.org.br/2018/07/10/mulheres-do-mst-participam-de-feira-mundial-de-economia-solidaria/
15/07/2018	MST leva diversidade de produção orgânica em eventos de economia solidária	https://mst.org.br/2018/07/15/mst-leva-diversidade-de-producao-organica-em-eventos-de-economia-solidaria/
04/08/2018	Um Armazém feito de alimentação saudável e luta popular	https://mst.org.br/2018/08/04/um-armazem-feito-de-alimentacao-saudavel-e-luta-popular/
21/11/2018	Primeira turma de Gestão em Cooperativa se forma no Nordeste	https://mst.org.br/2018/11/21/primeira-turma-de-gestao-em-cooperativa-se-forma-no-nordeste/
22/11/2018	Sem conhecer o MST, senador gaúcho quer torná-lo terrorista	https://mst.org.br/2018/11/22/sem-conhecer-o-mst-senador-gaicho-quer-torna-lo-terrorista/
18/01/2019	35 coisas que você precisa saber sobre o MST	https://mst.org.br/2019/01/18/35-coisas-que-voce-precisa-saber-sobre-o-mst/
21/02/2019	Famílias Sem Terra comemoram a aprovação de Unidade Pedagógica no Rio de Janeiro	https://mst.org.br/2019/02/21/familias-sem-terra-comemoram-a-aprovacao-de-unidade-pedagogica-no-rio-de-janeiro/
18/03/2019	Assentamento Dorcelina Folador: de terra sem pássaros a modelo de Reforma Agrária	https://mst.org.br/2019/03/18/assentamento-dorcelina-folador-de-terra-sem-passaros-a-modelo-de-reforma-agraria/
08/04/2019	No Ceará, VI Jornada Universitária inicia com presença das matriarcas da luta pela terra	https://mst.org.br/2019/04/08/no-ceara-vi-jornada-universitaria-inicia-com-presenca-das-matriarcas-da-luta-pela-terra/
05/07/2019	“A luta pela terra é uma luta coletiva e, diante disso, as conquistas também são”	https://mst.org.br/2019/07/05/a-luta-pela-terra-e-uma-luta-coletiva-e-diante-disso-as-conquistas-tambem-sao/
09/07/2019	Produção agroecológica amplia relação com a cidade	https://mst.org.br/2019/07/09/producao-agroecologica-amplia-relacao-com-a-cidade/
15/07/2019	Ato público discute as problemáticas da mineração no RS	https://mst.org.br/2019/07/15/ato-publico-discute-as-problematicas-da-mineracao-no-rs/
16/07/2019	Guaiú: A semente boa que chega às suas mãos pela Cooperativa Camponesa	https://mst.org.br/2019/07/16/guaii-a-semente-boa-que-chega-as-suas-maos-pela-cooperativa-camponesa/
16/07/2019	Cooperativismo no campo gera renda para pequenos agricultores	https://mst.org.br/2019/07/16/cooperativismo-no-campo-gera-renda-para-pequenos-agricultores/
22/08/2019	Via Campesina comercializa diversidade de alimentos na 42ª Expointer	https://mst.org.br/2019/08/22/via-campesina-comercializa-diversidade-de-alimentos-na-42a-expointer/
04/09/2019	Em 1979, Secretaria da Agricultura assessorava acampados da Macali e Brilhante	https://mst.org.br/2019/09/04/em-1979-secretaria-da-agricultura-assessorava-acampados-da-macali-e-brilhante/

17/10/2019	Cooperativa do MST realiza atividade no Dia Mundial da Alimentação no Paraná	https://mst.org.br/2019/10/17/cooperativa-do-mst-realiza-atividade-no-dia-mundial-da-alimentacao-no-parana/
24/10/2019	Café Guaiú: um café de alma	https://mst.org.br/2019/10/24/cafe-guaii-um-cafe-de-alma/
07/02/2020	Agrofloresta é cooperativismo solidário	https://mst.org.br/2020/02/07/agrofloresta-e-cooperativismo-solidario/
03/03/2020	Famílias assentadas do sudeste de Minas Gerais iniciam formação de cooperativa	https://mst.org.br/2020/03/03/familias-assentadas-do-sudeste-de-minas-gerais-iniciam-formacao-de-cooperativa/
11/03/2020	Por que o cooperativismo e a economia solidária são instrumentos de transformação?	https://mst.org.br/2020/03/11/por-que-o-cooperativismo-e-a-economia-solidaria-sao-instrumentos-de-transformacao/
11/03/2020	Sustentabilidade marca I Encontro Nacional de Mulheres Sem Terra	https://mst.org.br/2020/03/11/sustentabilidade-marca-i-encontro-nacional-de-mulheres-sem-terra/
23/03/2020	Filhos de acampados e assentados se formam no Curso Técnico em Cooperativismo	https://mst.org.br/2020/03/23/filhos-de-acampados-e-assentados-se-formam-no-curso-tecnico-em-cooperativismo/
22/05/2020	Fundo de investimento permite financiar cooperativas de pequenos agricultores	https://mst.org.br/2020/05/22/fundo-de-investimento-permite-financiar-cooperativas-de-pequenos-agricultores/
01/07/2020	A experiência da rede de viveiros florestais de Minas Gerais	https://mst.org.br/2020/07/01/a-experiencia-da-rede-de-viveiros-florestais-de-minas-gerais/
04/07/2020	Cooperativismo potencializa a produção de alimentos saudáveis em todo país	https://mst.org.br/2020/07/04/cooperativismo-potencializa-a-producao-de-alimentos-saudaveis-em-todo-pais/
08/07/2020	“Somos prova de que é possível”: MST é referência em agroecologia	https://mst.org.br/2020/07/08/somos-prova-de-que-e-possivel-mst-e-referencia-em-agroecologia/
28/07/2020	Cestas agroecológicas têm colocado comida na mesa dos mineiros	https://mst.org.br/2020/07/28/cestas-agroecologicas-tem-colocado-comida-na-mesa-dos-mineiros/
30/07/2020	Formação humana e a Campanha de solidariedade do MST	https://mst.org.br/2020/07/30/formacao-humana-e-a-campanha-de-solidariedade-do-mst/
04/08/2020	Unicopas discute estratégias para geração de trabalho e renda em live nesta quarta	https://mst.org.br/2020/08/04/unicopas-discute-estrategias-para-geracao-de-trabalho-e-renda-em-live-nesta-quarta/
18/08/2020	Instituto de Educação Josué de Castro do MST doa mais de 600 móveis à Porto Alegre	https://mst.org.br/2020/08/18/instituto-de-educacao-josue-de-castro-do-mst-doa-mais-de-600-moveis-a-porto-alegre/
24/08/2020	Finapop mobiliza a captação de recursos para a agricultura camponesa nordestina	https://mst.org.br/2020/08/24/finapop-mobiliza-a-captacao-de-recursos-para-a-agricultura-camponesa-nordestina/
28/09/2020	No Sudeste, legado de Paulo Freire é semente para educação do campo	https://mst.org.br/2020/09/28/no-sudeste-legado-de-paulo-freire-e-semente-para-educacao-do-campo/
03/10/2020	Reforma Agrária Popular: Um projeto de sociedade construído no campo	https://mst.org.br/2020/10/03/reforma-agraria-popular-um-projeto-de-sociedade-construido-no-campo/

04/11/2020	Cadeia produtiva do leite é abastecida pela agricultura familiar no Brasil	https://mst.org.br/2020/11/04/cadeia-produtiva-do-leite-e-abastecida-pela-agricultura-familiar-no-brasil/
01/12/2020	Comunidades quilombolas de Minas Gerais e organizações realizam troca de mais de 3 toneladas de alimentos	https://mst.org.br/2020/12/01/comunidades-quilombolas-de-minas-gerais-e-organizacoes-realizam-troca-de-mais-de-3-toneladas-de-alimentos/
25/12/2020	Saiba porque o MST do sul do Brasil doou mais de 850 toneladas de alimentos em 2020	https://mst.org.br/2020/12/25/saiba-porque-o-mst-do-sul-do-brasil-dou-mais-de-850-toneladas-de-alimentos-em-2020/
29/12/2020	Stedile: 2021 vai ser o ano da vacina, da luta social e de mudanças na América Latina	https://mst.org.br/2020/12/29/stedile-2021-vai-ser-o-ano-da-vacina-da-luta-social-e-de-mudancas-na-america-latina/

Fonte: Dados da pesquisa, a partir do site <https://mst.org.br> (elaboração própria, 2021).

A partir da análise das 41 matérias analisadas no *site* do MST, relativas ao período compreendido entre os anos 2018 a 2020, seguiram cinco etapas, sendo elas: i) a pergunta de origem; ii) a exploração do material encontrado no site levando em consideração a problemática a ser analisada; iii) a construção do modelo da análise; iv) a observação e análise das informações; v) conclusão.

A partir dos procedimentos metodológicos adotados, foi possível sistematizar os dados coletados junto ao *site* institucional do MST os quais foram analisados e alicerçaram as reflexões sob a perspectiva do MST sobre as cooperativas no âmbito dos assentamentos da Reforma Agrária e serão focos de análise da última seção desse trabalho.

3. Resultados e discussões

3.1. Um breve debate sobre a Reforma Agrária no Brasil

A política de Reforma Agrária no Brasil pode ser considerada como uma política ténue que não conseguiu mitigar a concentração fundiária, bem como fazer valer a função social da propriedade e daí acredita-se existir uma dívida histórica do Estado com a sociedade brasileira, pois há mais de 500 (quinhentos) anos, desde a chegada dos navios portugueses ao território brasileiro, o intuito era explorar e ocupar as terras pertencentes aos indígenas. E assim, encontra-se até os dias atuais em uma realidade de desigualdade e concentração de terra, que começou com o modelo latifundiário onde o acesso à terra era restrito a uma classe privilegiada e assim se perpetuou.

Nesse cenário, a história nos mostra que o Brasil desde o seu descobrimento, torna-se uma colônia de exploração, optou por implementar um modelo no qual seu desenvolvimento agrário ficou marcado pela concentração de terras nas mãos de grandes fazendeiros, portanto, pode-se dizer que muito pouco ou quase nada foi realizado durante séculos para mudar essa realidade. Um dos primeiros marcos para tentar regularizar a condição fundiária foi a Lei de Terras datada de 1850, que provocou a primeira discussão sobre a separação e delimitação de terras particulares e públicas, no entanto, essa lei foi excludente e tirou a possibilidade daqueles que por direito viviam nela pudessem de fato valer esse direito (SILVA, 2015).

Desta forma é possível apontar que a Lei de Terras não apresentou benefícios significativos para os camponeses e futuramente para os ex-escravizados, que teriam que continuar a trabalhar nos latifúndios para poder angariar recursos para uma possível compra de terras, visto que a mão de obra era barata, não sendo possível então a aquisição de terras para produção própria e conseqüentemente houve a manutenção do modelo fundiário onde apenas quem havia posses teria a condição de obter cada vez mais propriedades e se utilizava dessa mão de obra disponível. Cabe ressaltar que isso se deu, pois, a discussão sobre quais seriam os objetivos na criação de uma lei sobre o sistema agrário era realizada em colaboração com os próprios latifundiários, não permitindo que os mesmos perdessem algum direito sobre suas propriedades já garantidas.

Ao tratar da questão agrária e dos atores envolvidos neste processo no século XX é possível deparar-se com uma história parecida ao se falar do Estatuto da Terra⁴ criado em 1964 e conforme Fernandes (2001, p.43) “O objetivo era evitar que a questão agrária se transformasse num problema nacional”. E então, apenas com o acirramento dos conflitos fundiários ao final dos anos 70 que de fato começaram a serem realizadas algumas desapropriações de terra previstas no Estatuto.

Feito esse breve histórico, percebe-se que os representantes do Estado, mais especificamente os gestores públicos e legisladores brasileiros, não se dedicaram com afinco à uma agenda agrária que contemplasse de forma efetiva a redistribuição de terras, uma vez que se mostrava mais vantajoso utilizar da mão de obra barata de camponeses que não possuíam uma propriedade, e se beneficiar dessa situação os empregando, e por

⁴ O Estatuto da Terra, como popularmente ficou conhecida a Lei n°. 4.504 de 30 de novembro 1964, foi editada com o objetivo de se estabelecer como se daria o uso, ocupações e relações fundiárias. Também tinha o objetivo de garantir e definir sobre como seria realizada a Reforma Agrária.

consequência a sua produção aumentaria e seus lucros também. Assim, acredita-se que a concentração de terra é poder.

Segundo Martins (2000), essa realidade não impediu que a luta no campo pelo acesso à terra aos pequenos agricultores fosse realizada. Contribuindo para que durante o século XX, vários movimentos sociais voltados para a realidade no campo, surgisse trazendo em pauta a questão agrária. Entre estes é possível citar as Ligas Camponesas um movimento que foi atuante entre as décadas de 1940 a 1960 em especial no nordeste brasileiro. Sua bandeira visava a reivindicação por uma política de distribuição e justiça social da terra.

Cabe salientar que os agricultores que tinham ou arrendavam alguma fração de terra para poderem produzir, eram lesados de várias formas, desde a falta de infraestrutura básica em suas terras até falta de políticas públicas e incentivo monetário para o desenvolvimento da sua propriedade e produção. Dessa forma, não se pode deixar de citar a Revolução Verde que surgiu nos anos 1960 e 1970, e se tratava de uma série de inovações tecnológicas para a agricultura e pecuária, onde estavam incluídos o desenvolvimento de agrotóxicos, sementes modificadas, máquinas agrícolas, entre outros produtos e instrumentos para ampliar a produção de alimentos, todavia de acordo com Octaviano:

Além de não ter resolvido os problemas nutricionais e da fome, a Revolução Verde também é reconhecida por aumentar a concentração fundiária e a dependência de sementes, alterando a cultura dos pequenos proprietários que encontraram dificuldades para se inserir nos novos moldes (OCTAVIANO, 2010, p.01).

Diante desse cenário, a Revolução Verde foi uma das responsáveis por transformar o país em um grande exportador de *commodities*, porém, esse pacote tecnológico não era disponível para todos os agricultores, evidenciando ainda mais a desigualdade no campo.

Entretanto, mesmo que tenha ocorrido forte repressão aos movimentos sociais durante a ditadura brasileira, os movimentos continuaram a se articular clandestinamente e procuraram resistir, até que somente após a redemocratização, meados da década de 1980, esses movimentos saíram da clandestinidade, com destaque para o MST, que passa a reivindicar a realização da Reforma Agrária, e que o Estado criasse instrumentos de implementação efetiva do referido instituto prevista no Estatuto da Terra (Lei nº. 4504/64). No Estatuto consta, segundo Fernandes que:

A Reforma Agrária é o conjunto de medidas para promover a melhor distribuição da terra mediante modificações no regime de

posse e uso, a fim de atender aos princípios de justiça social, desenvolvimento rural sustentável e aumento da produção. FERNANDES (2000, p.43).

No entanto, somente após a redemocratização (1985) do país, já no governo do Presidente José Sarney, que é criado o primeiro Programa Nacional de Reforma Agrária-PNRA. Timidamente, então, esse governo inicia a criação de alguns assentamentos de Reforma Agrária. Já a partir de meados da década de 1990, no governo do presidente Fernando Henrique Cardoso (1995-2002) a criação dos assentamentos foi ampliada, muito devido às pressões dos movimentos sociais, via ocupação de terras. Neste período foram assentadas 540.704 famílias.

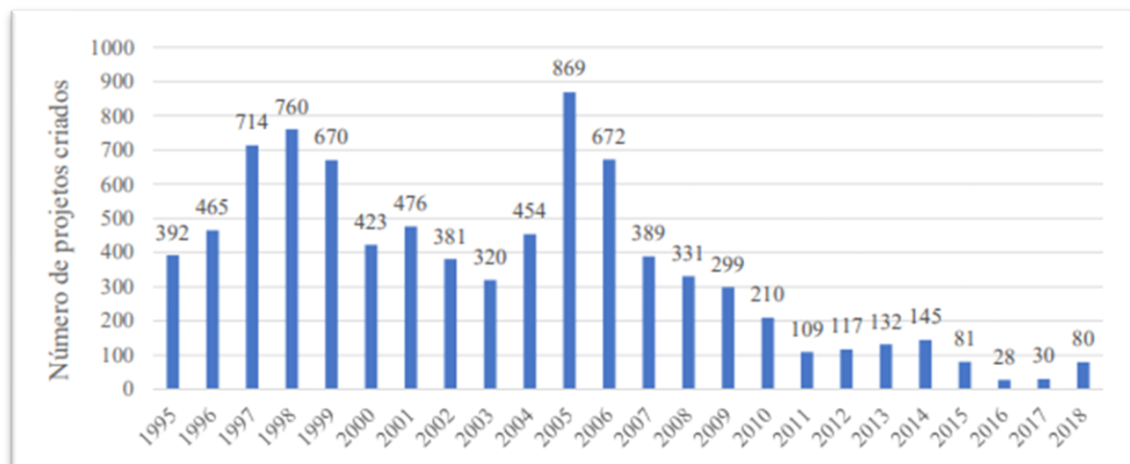
Em 2003 com a chegada de um governo considerado popular ao poder, representado pelo presidente Lula (2003-2010), e posteriormente da presidente Dilma Rousseff (2011-agosto de 2016), é criado o segundo PNRA (governo Lula), esperando-se que a pauta sobre Reforma Agrária e criação de assentamentos fossem impulsionados de forma mais veemente do que nos governos anteriores. No entanto, os números, ficaram aquém do esperado, como observa-se na Figura 1, que a partir de 2011 o número de assentamentos criados é drasticamente reduzido, podendo afirmar, que a partir de 2016 o Estado brasileiro deixa de lado a sua tímida política de Reforma Agrária. Conforme observa-se nas figuras 1 e 2, a seguir.

Figura 1. Número de famílias assentadas entre 1995-2014



Fonte: Ramalho; Reis (2015).

Figura 2. Projetos de assentamentos criados no Brasil, entre 1995 a 2018



Fonte: Cattelan; Moraes; Rossoni (2020).

A partir da análise das Figuras 1 e 2, é possível compreender como o projeto da Reforma Agrária foi tratado e realizado dentro dos governos a partir do ano de 1995. Percebe-se que não existe uma linearidade no número dos projetos criados. Mas nos governos FHC, quanto no governo Lula, quando se aproximam das eleições de seus segundos mandatos, o número de projetos tende a crescer. Já no governo Dilma, a diminuição é drástica e perceptível, o que certamente, por consequência, enfraqueceu o movimento da Reforma Agrária. Já em números de famílias assentadas na Figura 1, é nítido que já no primeiro mandato de FHC e Lula é muito superior o número de famílias assentadas do que no de Dilma.

Essas reflexões permitem apontar que o Brasil, em pleno século XXI, é um dos países mais desiguais do mundo e que a concentração de terra contribui para esse fosso. No quesito Reforma Agrária ainda estamos longe de equacionar essa conta no campo, o que se tem percebido nos últimos cinco anos pelo menos, é o abandono dessa política e a manutenção da concentração fundiária.

3.2. Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra

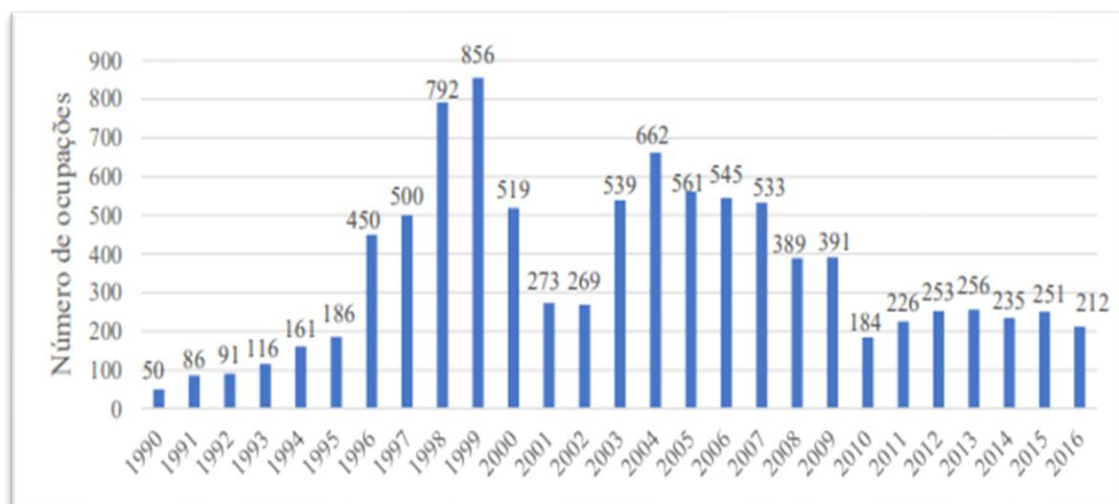
A história do MST, desde sua fundação na cidade de Cascavel no Paraná, em janeiro de 1984, representa a luta por uma questão secular, qual seja o combate aos latifúndios e a justa distribuição de terras. Algo que no Brasil só se tornou pauta realmente discutida a partir da última década do século XX, antes disso, os esforços de grupos e reivindicantes da Reforma Agrária pouco eram ouvidos e nada era feito de fato para mudar a realidade no campo. Diante todas as lutas que cercaram os movimentos de luta

pela terra, seja ela na época do acampamento de quilombolas, a guerra de canudos e a Liga Camponesa, houve sempre repressão com mortes, ataques, invasões permitidas pelo Estado que se encontrava alinhada aos interesses dos grandes proprietários de terras, em especial na Ditadura Militar que perdurou durante trinta e um anos (ARAÚJO, 2010).

Sua principal pauta é a distribuição justa da terra, visto que a desigualdade no campo sempre foi acentuada e foi devidamente confirmada pelo Censo Agropecuário de 2007, onde constava que os estabelecimentos rurais com menos de 10 hectares, ocupavam menos de 2,7% da área total, enquanto os estabelecimentos rurais com mais de 1.000 hectares representavam 43% da área total (IBGE, 2007).

Outro importante olhar do MST é a articulação e ativismo político, no qual a sua luta tem o propósito de justiça social no campo através da distribuição das terras que foram ocupadas irregularmente através de grilagens, ocupação desenfreada dos grandes latifundiários, invasão de terras indígenas, e que foram concentradas durante séculos. Juntamente com a Central Única dos Trabalhadores (CUT) e da Comissão Pastoral da Terra (CPT), o movimento teve seu ápice na década de 1990, porém no cenário atual, tem encontrado dificuldades para a realização das atividades, desde o final do governo do presidente Lula e início do mandato da presidenta Dilma Rousseff, o número de ocupações vinha diminuindo nesse período conforme observa-se na figura 3, a seguir.

Figura 3. Número de ocupações de Terra no Brasil entre 1990 a 2016



Fonte: Cattelan; Moraes; Rossoni (2020).

Tal diminuição de ocupação de terras nesse período se deu pelo fato de uma alteração na política agrícola nos governos após Lula, onde o agronegócio ganhou cada vez mais força dentro do parlamento visando a tecnificação do campo e a grande

valorização das *commodities* que influenciavam diretamente e positivamente na economia, e a discussão da Reforma Agrária acabou se tornando uma problemática no sentido de que os assentamentos e assentados começaram a ser vistos como uma consequência da falta de crédito, políticas públicas, assistência e consequentemente se tornaram parte da população em miséria no campo.

Por outro lado, para João Pedro Stedile (2012), coordenador nacional do MST, em entrevista para o portal do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), afirma que o setor do agronegócio no governo é mais hegemônico que o da agricultura familiar e com isso as minorias perdem muito dentro dessas discussões sobre a agricultura nacional. Outro fato destacado nessa entrevista refere-se à diminuição no número de desapropriações para fins de Reforma Agrária, ou seja, de acordo com dados do próprio IPEA “em 2010 foram obtidos apenas 289,6 mil hectares como decorrência de desapropriações, enquanto cerca de 1,4 milhão de hectares foram viabilizados via reconhecimento e arrecadação” (IPEA, 2012). Tal dado revela o poder e influência dos ruralistas no Congresso Nacional.

Atualmente, na segunda década do século XXI, apesar das dificuldades enfrentadas ao longo do tempo, os assentamentos vinculados ao MST têm demonstrado números muito significativos em relação a produção, focados nos mercados locais, estaduais e até nacional. A variedade de produtos vai desde hortifrúti, grãos, arroz, café, entre outros, com foco na agroecologia e abastecimento de várias entidades, como feiras locais, escolas, presídios, asilos etc. As cooperativas e agroindústrias auxiliam no escoamento, produção e agroindustrialização dessa produção e se consolida como um importante agente responsável pela alimentação das famílias com alimentos saudáveis e livres de agrotóxicos. Conforme destaca um trecho retirado do *site* do MST:

Para produzir essa diversidade de alimentos as famílias Sem Terra vêm trabalhando na consolidação da Agroecologia nos assentamentos, a partir de novas relações ser humano-natureza, produzindo formas saudáveis de manejar a produção ao mesmo tempo em que se cuida dos bens comuns dos povos (água, terra, biodiversidade, ar). Mais de 50 mil famílias Sem Terra implementam, atualmente, práticas agroecológicas (MST, 2021).

Apesar das dificuldades encontradas ao longo de sua trajetória, o MST tem demonstrado o seu valor socioeconômico na sociedade brasileira. Seus assentamentos têm se focado na produção sustentável de alimentos, buscando garantia de ter seu espaço reconhecido não somente no campo, mas também por toda população e poder cada vez mais crescer, desenvolver e lutar contra a concentração fundiária.

3.3. O movimento cooperativista e sua relação com os assentamentos e seus assentados

As cooperativas têm um papel relevante dentro da sociedade e, conseqüentemente do sistema capitalista, de trazer a equidade e a justiça social através do seu modelo de gestão democrático, onde cada cooperado tem direito a voto em todas as decisões que são discutidas em assembleias, assim como através de seus sete princípios, procura fazer das instituições cooperativas locais onde não somente o desenvolvimento econômico tenha importância, mas também o desenvolvimento social daquelas pessoas que estão envolvidas na organização e na comunidade em que está inserida.

Porém, ao discutir sobre cooperativa e cooperação no contexto dos assentamentos rurais, depara-se com uma questão interessante: nem sempre quem está em uma cooperativa está cooperando e vice-versa.

Segundo Scopinho (2007, p.85) “Cooperação e Cooperativismo são processos sociais distintos e não é de hoje que a literatura mostra que pode não haver correspondência direta entre eles. ” Com isso, o autor aponta que ainda existe uma resistência por parte dos assentados em compreender a cooperativa como um instrumento da cooperação já existente entre eles, acredito que esse ponto de resistência se deve ao fato de que a constituição de cooperativa em um assentamento é uma recomendação do próprio MST e do Estado para que assim, aquele assentamento possa se estruturar para haja melhores condições de trabalho, produção e comercialização.

Os últimos números de cooperativas, associações, agroindústrias e famílias assentadas atualizados no *site* institucional do MST (2021), apontam que são cerca de 160 cooperativas e 1900 associações ligadas ao MST. Além de mais de 120 agroindústrias que estão vinculadas a cerca de 400 mil famílias assentadas.

Considerando que essas organizações, em especial as cooperativas e associações, são responsáveis além da organização econômica, também pela responsabilidade, de acordo com o seu quinto princípio, que é facilitar a educação, a formação e a informação dos cooperados sobre temas que diz respeito ao Cooperativismo ou outros assuntos ligados ao MST, para que a questão da cooperação e cooperativas não se torne um entrave na promoção do crescimento e aprimoramento dos assentamentos.

Scopinho (2007) entende que a cooperação sempre foi importante para a MST, quando ela é compreendida como uma ação social seja ela espontânea ou coletiva, pois é um trabalho educativo que deve ser realizado desde o início nos acampamentos e

necessita de constante reavaliação para se encaixar com a realidade enfrentada pelos sem-terra em cada momento do processo de realização da Reforma Agrária.

Contudo, considera-se que para a constituição de uma cooperativa é vital que seja de interesse espontâneo de seus integrantes e não uma imposição de poucas pessoas. Por isso, o MST começa desde a criação de acampamentos uma formação sobre a cooperação e Cooperativismo, sobre a luta política e social, tendo explícitos seus direitos e deveres com o movimento e suas diretrizes. Pois, já havia a cooperação espontânea entre os agricultores, mas as cooperativas em si não passavam de locais ou armazéns para a alocação e distribuição da produção daquela comunidade e apenas com o trabalho de disseminação da ideologia cooperativista essa relação de envolvimento das famílias assentadas com as cooperativas começaram a se tornar mais sólidas e de suma importância para a articulação e concretização do movimento visto que “cooperar é um modo de organizar e administrar a produção que, através da divisão social do trabalho e da autogestão, soma esforços para adquirir e utilizar ferramentas, máquinas, sementes e matrizes de animais para produzir individualmente e/ou coletivamente” (SCOPINHO, 2007, p.87).

Quando se fala em cooperativas no âmbito de assentamento da Reforma Agrária acredita-se que estamos falando também de políticas públicas, linhas de crédito, acesso a emendas parlamentares, entre outros investimentos que só se tornam possíveis a partir de uma configuração organizativa que possa conseguir, através dos meios legais e burocráticos, os benefícios para a realização das atividades dos assentamentos e dos próprios assentados. Uma das políticas públicas que se destacam, nesse caso, é o Pronaf, criado em 1996 no governo de Fernando Henrique Cardoso, que foi um programa reformulado da partir da proposta anterior do presidente Itamar Franco, que criou o Programa de Valorização da Pequena Produção Rural- Pronav, que não obteve sucesso.

O Pronaf, teria como objetivo fortalecer esse segmento (agricultura familiar), através de suporte financeiro e técnico, objetivando “fortalecer a capacidade produtiva da agricultura familiar; contribuir para a geração de emprego e renda nas áreas rurais e melhorar a qualidade de vida dos agricultores familiares” (SCHNEIDER, MATTEI, CAZELLA, 2007, p.3).

Desta forma, pode-se entender que a criação dessas políticas públicas se deu principalmente pela pressão dos movimentos sindicais e sociais, pois até então os pequenos produtores não eram reconhecidos como uma classe social definida e, portanto, não tinham ou era de extrema dificuldade o acesso a financiamentos e custeios produtivos, por exemplo. Quando se caracterizaram como agricultura familiar, tem-se então uma

categoria estruturada e que deveria ser reconhecida pelo Estado, pois além de essencial para agricultura brasileira e abastecimento das famílias, também carece de investimento para que possa se fortalecer diante do cenário agrário brasileiro, que tem focado nas produções latifundiárias de *commodities*.

Portanto, o programa se torna essencial na medida em que, em sua maioria, a produção dos assentamentos é focada na agricultura familiar, o que permite aos agricultores terem acesso a crédito subsidiado para o fortalecimento de sua produção, apoio e assistência. Benefício esse que antes era praticamente inexistente dentro dos bancos públicos e privados que possuíam linhas de financiamento apenas para grandes produtores latifundiários.

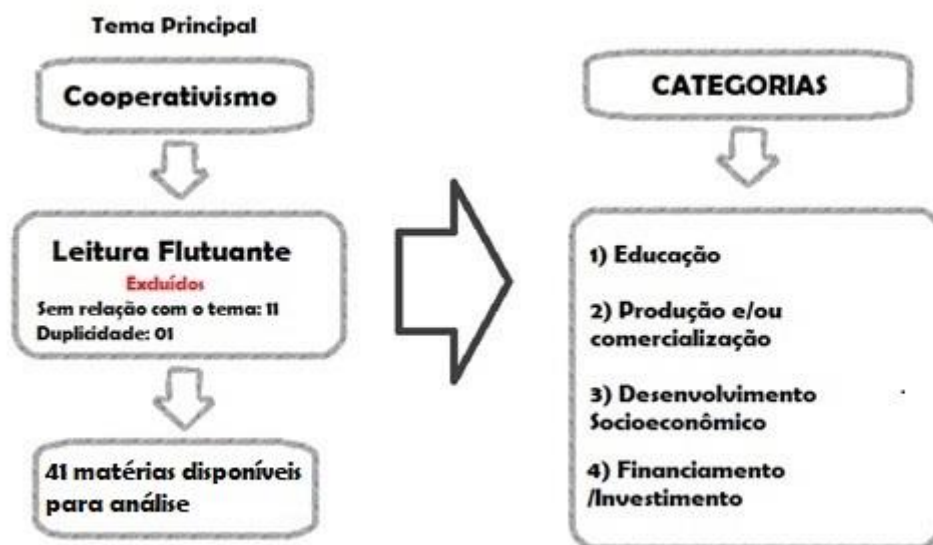
Importante também o apoio que as cooperativas oferecem no sentido de orientar esses agricultores a conseguir não somente o financiamento, mas todo o aporte burocrático que tais instituições exigem para concedê-los. Nesse sentido, Scopinho (2007, p.88) aponta, que “a cooperação apresenta-se no ideário do MST como um meio de sobrevivência e resistência e não um fim em si mesma”. Dentro do seu ideário a cooperação contribui de forma que o desenvolvimento socioeconômico pode ser notado em suas premissas de tornar a sociedade mais justa, diminuindo as desigualdades e contribuindo para o bem-estar coletivo.

3.4. O Cooperativismo sob a perspectiva do MST nos assentamentos da Reforma Agrária

Para o desenvolvimento do presente estudo optou-se por objetivo fazer uma análise da visão do MST sobre o Cooperativismo a partir de notícias veiculadas no *site* oficial do movimento. Nesse sentido, para a construção da análise, ora empreendida, foram elencados 04 (quatro) conceitos chaves, considerados importantes para o objetivo, através do estudo feito durante a composição do artigo e reconhecimento do objeto de estudo.

Os temas escolhidos foram i) Educação; ii) Produção e/ou comercialização; iii) Desenvolvimento socioeconômico; e iv) Financiamento/Investimento, conforme sistematizado e demonstrado na figura 5, a seguir.

Figura 5. Construção da Análise de Conteúdo



Fonte: Elaboração própria, 2021.

Durante a leitura dos materiais, percebeu-se que o Cooperativismo apareceu em matérias relacionadas à agricultura familiar, agroecologia, eventos, e notícias gerais sobre os assentamentos e as atividades realizadas neles, mesmo não sendo o tema principal, mostra que o Cooperativismo está ligado a uma variedade de assuntos no MST e nos espaços que ocupa.

Dentro desses textos, analisou-se em que momento o Cooperativismo era citado, com qual tema ele estava ligado e em que contexto ele se encontrava. Na tabela 1, a seguir, são apresentados uma percepção dos conteúdos encontrados nas matérias, que se relacionava ao Cooperativismo.

Tabela 1. Temas e frequência relacionados ao Cooperativismo

Categoria	Quantidade	Porcentagem
Produção e/ou Comercialização	16	39%
Educação	11	27%
Desenvolvimento Socioeconômico	09	22%
Financiamento/Investimento	02	5%
Outros	03	7%
TOTAL	41	100%

Fonte: Dados da pesquisa, elaboração própria, 2021.

Na Tabela 2, a seguir, encontram-se sistematizados os temas envolvidos nas matérias, demonstrando, de forma mais clara, o campo semântico que envolveu a criação das categorias analíticas que instrumentalizaram tecer reflexões acerca do Cooperativismo na perspectiva do MST.

Tabela 2. Campo semântico empregado na análise de conteúdo

Categoria	Critério utilizado para a análise
Educação	Foi considerado educação todo e qualquer tema que ligasse o Cooperativismo diretamente a atividades educacionais, cursos técnicos, cursos ministrados em eventos gerais, temas de discussão em encontros, reuniões, congresso, entre outros, que tivesse o intuito de ensinar e formar pessoas sobre o Cooperativismo.
Produção e/ou Comercialização	Foi considerado produção e/ou comercialização todo o qualquer processo que envolvesse o Cooperativismo ou as cooperativas como o empreendimento fundamental para a realização de produção e escoamento dos produtos nos assentamentos, sejam in natura ou decorrentes das agroindústrias, considerando também processo de logística, assistência técnica e organização da produção de um ou mais assentamentos para venda e acesso a políticas públicas como PNAE e PAA.
Desenvolvimento Socioeconômico	No sentido do desenvolvimento socioeconômico, foi considerado qualquer processo em que o Cooperativismo estivesse envolvido, não necessariamente com produção e comercialização, que configurasse o desenvolvimento dos assentamentos, o papel das cooperativas na alimentação da região, no progresso, na organização. Onde de fato o Cooperativismo agisse para desenvolver não somente os assentamentos, mas a sociedade.
Financiamento/Investimento	Foi considerado todo e qualquer forma de investimento/financiamento externo de entidades públicas ou privadas, diretamente para o desenvolvimento do Cooperativismo.
Outros	Nessa categoria, aparecem dois temas distintos. Um envolvia o lado mais filantrópico ligado a doação de alimentos, em especial na pandemia e outro foi sobre o Cooperativismo como instrumento de fortalecimento, porém esse fortalecimento não tinha relação com as categorias escolhidas, por exemplo, eram relacionadas a temas sobre meio-ambiente, e não se encaixava nos critérios das categorias acima.

Fonte: Dados elaborados a partir do site <https://mst.org.br>, 2021.

Ao refletir sobre os dados da tabela anterior, é preciso levar em consideração dois aspectos que chamaram atenção durante a análise. O primeiro aspecto se relaciona à

quantidade de publicações relacionadas ao tema do Cooperativismo entre 2018 e 2020, foi aumentando gradualmente (2018 = 08 matérias, 2019 = 13 matérias e 2020 = 20 matérias), e se torna interessante esse crescimento, levando-nos a refletir sobre uma possível visibilidade maior do cooperativismo dentro do MST.

Outro aspecto observado diz respeito aos conteúdos divulgados em 2020, especialmente a partir da pandemia do novo coronavírus, declarada em 11 de março de 2020, que, além de ter aumentado em quantidade, aumentou também em variedade, sendo que muitas atividades presenciais em todo o Brasil ficaram suspensas nesse período e pode ter sido um dos fatores para esse aumento de uso dos recursos digitais.

A partir da leitura das matérias percebeu-se que o elemento cooperação, é apresentado nesse material analisado se tornando um dos pontos que surgem na construção do MST e pode ser uma peça integrante do desenvolvimento do mesmo. Essa realidade, corrobora para confirmar que essa questão está presente na essência discursiva do MST. O que ajuda a refletir que a formação de uma cooperativa pode ser considerado um caminho que solidifica e prospera quando o fator cooperação está na cultura e no ambiente em que as pessoas estão inseridas.

Acredita-se que vivemos em uma sociedade e em um contexto de mercado competitivo, onde o individual prevalece sobre o coletivo, no entanto quando observa-se dentro dos assentamentos as pessoas cooperando, não somente entre si, mas com a comunidade, é nesse momento que é possível compreender que essas pessoas que tanto lutaram para conquistar o que é delas por direito, construíram uma verdadeira história de cooperação mútua para se alcançar aquele objetivo em comum.

Feita essa observação, esse trabalho procurou trazer reflexões que permitem perceber que no MST, estão presentes muitas diretrizes do Cooperativismo, principalmente as que traduzem em um trabalho educativo constante e que devem ser aperfeiçoados com o decorrer do tempo. Pois, os indivíduos não mudam suas visões de forma abrupta, e que existe todo um campo de trabalho a ser desenvolvido, e por isso, esse trabalho do MST junto aos assentados é fundamental, já que não é tarefa fácil compreender e praticar a cooperação com tanta rapidez, isso porque os resultados não são imediatos e é necessário trabalho contínuo. Ou seja, trata-se de um trabalho que colhe seus frutos a médio e longo prazos, e somente através de uma base educacional com esse foco, que poderá permitir que os assentados, explorem seu potencial individual e coletivo, contribuindo, portanto, para a coletividade dos assentamentos.

4. Considerações finais

Através das análises bibliográficas e do conteúdo encontrado no *site* do MST foi possível perceber que o Cooperativismo está inserido nos assentamentos do MST, como suporte para o desenvolvimento da coletividade, como por exemplo, através das cooperativas que promovem a produção e venda, que tem um papel importante de trazer visibilidade para estes assentamentos junto a sociedade. Por outro lado, é notório que esta forma de pensar o movimento aparenta auxiliar no fortalecimento de seus membros, principalmente através ao estímulo a educação cooperativista.

Durante sua trajetória histórica, percebe-se que o MST, entre as diversas pautas de formação, o tema Cooperativismo está incluso, proporcionando que os assentados possam perceber que a cooperação pode ser um instrumento de união, trabalho em grupo e uma forma de poder crescer economicamente e socialmente. Apesar da Reforma Agrária ser um desafio cada vez mais fatigante, aqueles que já estão assentados e organizados não desistiram de continuar lutando para que a terra não seja um bem de poucos, mas de todos, levantando as bandeiras da igualdade, da agroecologia, da sustentabilidade, e estendendo a mão àqueles que estão em vulnerabilidade.

Portanto, o MST para além de um movimento político, percebe-se um fator humanizado que carrega em sua essência a justiça e a inclusão daqueles que não conseguem falar sozinhos. E, o Cooperativismo vem como um aliado nessas transformações, trazendo também a sua doutrina e sua capacidade de modificar a realidade econômica associada a realidade social.

Desta forma com o desenvolvimento do presente trabalho foi possível perceber que a educação, no âmbito da educação cooperativista, como retratado na Tabela 1, é de suma importância para a evolução e consolidação do movimento. Pois, afinal de contas, sem o trabalho de educação realizado nos assentamentos desde os acampamentos, seria um pouco mais trabalhoso criar condições propícias de se chegar aos resultados que muitos assentamentos têm chegado com a formação e fortalecimento das cooperativas.

Cabe agora ao Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, continuar persistindo na luta por seus ideais e encontrar pessoas que realmente acreditam no movimento e possam fazer a diferença, isso inclui civis de todos os níveis e no âmbito político, pois o trabalho de base é essencial, mas também é necessário o apoio da sociedade e dos governos que hão de vir. O trabalho com a sociedade tem que mostrar

constantemente que o MST não é uma organização desestruturada ou como muitos pensam, até como uma organização terrorista, mas uma organização que busca justiça e direitos para os sem-terra e criar essa visibilidade de que existe um propósito que é respaldado pela lei e que o que fazem é que a lei seja cumprida. É necessário captar apoio e mostrar cada vez mais os bons trabalhos que vem sendo realizados, estourar a bolha e disseminar o que é o MST em sua essência para toda a sociedade brasileira.

5. Referências

ALCÂNTARA, Fernanda. No Sudeste, legado de Paulo Freire é semente para educação do campo. **MST**, 2020. Disponível em: <https://mst.org.br/2020/09/28/no-sudeste-legado-de-paulo-freire-e-semente-para-educacao-do-campo/>. Acesso em: 20 set. 2021.

ALCÂNTARA, Fernanda. Emília Alves Manduca: animadora de sementes e das lutas. **MST**, 2020. Disponível em: <https://mst.org.br/2020/10/23/emilia-alves-manduca-animadora-de-sementes-e-das-lutas/>. Acesso em: 20 set. 2021.

ALCÂNTARA, Fernanda. Via Campesina comercializa diversidade de alimentos na 42ª Expointer. **MST**, 2019. Disponível em: <https://mst.org.br/2019/08/22/via-campesina-comercializa-diversidade-de-alimentos-na-42a-expointer/>. Acesso em: 20 set. 2021.

ALCÂNTARA, Fernanda. Governo do Paraná assina decreto para implantação de alimentação escolar 100% orgânica. **MST**, 2019. Disponível em: <https://mst.org.br/2019/09/04/governo-do-parana-assina-decreto-para-implantacao-de-alimentacao-escolar-100-organica/>. Acesso em: 20 set. 2021.

ARAÚJO, George Pedro Barbalho. Ligas Camponesas: formação, luta e enfraquecimento. **Maceió: Re-canto das Letras**, 2010.

ARTICULAÇÃO NACIONAL DE AGROECOLOGIA. Prêmio vai selecionar as melhores histórias dos guardiões da agrobiodiversidade. **MST**, 2020. Disponível em: <https://mst.org.br/2020/10/22/premio-vai-selecionar-as-melhores-historias-dos-guardioes-da-agrobiodiversidade/>. Acesso em: 20 set. 2021.

BASSI, Bruno Stankevicius. Minas: maior bancada ruralista do Congresso tem 26 integrantes tentando reeleição. **MST**, 2018. Disponível em: <https://mst.org.br/2018/10/05/minas-maior-bancada-ruralista-do-congresso-tem-26-integrantes-tentando-reeleicao/>. Acesso em: 20 set. 2021.

BERNARDES, Stéfanie. MST realiza primeira semana agroecológica do Vale do Paraíba. **MST**, 2018. Disponível em: <https://mst.org.br/2018/02/21/mst-realiza-primeira-semana-agroecologica-do-vale-do-paraiba/>. Acesso em: 20 set. 2021.

CATTELAN, Renata; LOPES DE MORAES, Marcelo; ALEXANDRE ROSSONI, Roger. A Reforma agrária nos ciclos políticos do Brasil (1995-2019). **Revista NERA**, v. 23, n. 55, 2020.

CENSO DA REFORMA AGRÁRIA(I). Estudos avançados, São Paulo, v.11, n.31, p.7- 36, 1997. Disponível em http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40141997000300002&lng=en&nrm=iso. <http://dx.doi.org/10.1590/S0103-40141997000300002> Acesso em: 31 ago. 2021.

CONSOLE, Luciana G. Histórico e ações de saúde do MST em meio a pandemia são temas de pesquisa. **MST**, 2020. Disponível em: <https://mst.org.br/2020/07/10/historico-e-acoes-de-saude-do-mst-em-meio-a-pandemia-sao-temas-de-pesquisa/>. Acesso em: 20 set. 2021.

CONSOLE, Luciana G. Unicopas discute estratégias para geração de trabalho e renda em live nesta quarta. **MST**, 2020. Disponível em: <https://mst.org.br/2020/08/04/unicopas-discute-estrategias-para-geracao-de-trabalho-e-renda-em-live-nesta-quarta/>. Acesso em: 20 set. 2021.

CORRÊA, Antony; AZEVEDO, Jade; SOUZA, Lucas. Reforma Agrária Popular: Um projeto de sociedade construído no campo. **MST**, 2020. Disponível em: <https://mst.org.br/2020/10/03/reforma-agraria-popular-um-projeto-de-sociedade-construido-no-campo/>. Acesso em: 20 set. 2021.

COSTA, Raquel Vieira da; MOREIRA, Vladimir Dayer Lopes de Barros. A experiência da rede viveiros florestais de Minas Gerais. **MST**, 2020. Disponível em: <https://mst.org.br/2020/07/01/a-experiencia-da-rede-de-viveiros-florestais-de-minas-gerais/>. Acesso em: 20 set. 2021.

ENGELMANN, Solange. Sustentabilidade marca I Encontro Nacional de Mulheres Sem Terra. **MST**, 2020. Disponível em: <https://mst.org.br/2020/03/11/sustentabilidade-marca-i-encontro-nacional-de-mulheres-sem-terra/>. Acesso em: 20 set. 2021.

ESTEVAM, Dimas de Oliveira; SALVARO, Giovana Ilka Jacinto; BUSARELLO, Carla Spillere. **Espaços de produção e comercialização da agricultura familiar: as cooperativas descentralizadas do Sul Catarinense**. Interações (Campo Grande), v. 16, n. 2, 2015.

FABRINI, João Edmilson. **A cooperação Agrícola nos assentamentos: uma proposta política**. Revista de Geografia da Universidade Estadual de Londrina, Londrina, v.9, p.67-78, jan./jun. 2000.

FARID, Jacqueline. **Distribuição de terras é desigual, mostra estudo do IBGE**. Jornal Estadão. 2009. Disponível em <<https://www.estadao.com.br/noticias/geral,distribuicao-de-terras-e-desigual-mostra-estudo-do-ibge,443477>>. Acesso em: 14 out. 2019.

FERNANDES, Bernardo Mançano. **O MST e as reformas agrárias do Brasil**. Revista OSAL, ano, v. 9, p. 73-85, 2008.

FERNANDES, Bernardo Mançano. **A formação do MST no Brasil**. Petrópolis: Editora Vozes, 2000.

FRANCO, Maria L. P. B. Análise de Conteúdo. 5ª Edição. São Paulo, Brasil. Editora Autores Associados LTDA, março de 2018.

FURTADO, Lays. Cadeia produtiva do leite é abastecida pela agricultura familiar no Brasil. **MST**, 2020. Disponível em: <https://mst.org.br/2020/11/04/cadeia-produtiva-do-leite-e-abastecida-pela-agricultura-familiar-no-brasil/>. Acesso em: 20 set. 2021.

FURTADO, Lays. Finapop mobiliza a captação de recursos para a agricultura camponesa nordestina. **MST**, 2020. Disponível em: <https://mst.org.br/2020/08/24/finapop-mobiliza-a-captacao-de-recursos-para-a-agricultura-camponesa-nordestina/>. Acesso em: 20 set. 2021.

GHISI, Ednubia. Assentamento Dorcelina Folador: de terra sem pássaros a modelo de Reforma Agrária. **MST**, 2019. Disponível em: <https://mst.org.br/2019/03/18/assentamento-dorcelina-folador-de-terra-sem-passaros-a-modelo-de-reforma-agraria/>. Acesso em: 20 set. 2021.

GONÇALVES, Gustavo; IVANISKI, Sirlene. Produção agroecológica amplia relação com a cidade. **MST**, 2019. Disponível em: <https://mst.org.br/2019/07/09/producao-agroecologica-amplia-relacao-com-a-cidade/>. Acesso em: 20 set. 2021.

HACKBARDT, Geanini. Guaií: A semente boa que chega às suas mãos pela Cooperativa Camponesa. **MST**, 2019. Disponível em: <https://mst.org.br/2019/07/16/guaii-a-semente-boa-que-chega-as-suas-maos-pela-cooperativa-camponesa/>. Acesso em: 20 set. 2021.

IPEA. Reforma Agrária perde fôlego na agenda nacional. 2012. Ano 9. Edição 75 - 28/12/2012. Disponível em:

http://desafios.ipea.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=2866:catid=28&Itemid=23. Acesso em: 16 set. 2021.

LIMA, Wesley. Um Armazém feito de alimentação saudável e luta popular. **MST**, 2018. Disponível em: <https://mst.org.br/2018/08/04/um-armazem-feito-de-alimentacao-saudavel-e-luta-popular/>. Acesso em: 20 set. 2021.

MARTINS, José de Souza. **Reforma Agrária: O impossível diálogo sobre a história possível. Tempo Social**; Rev. Sociol. USP, S. Paulo, 11(2): 97-128, out. 1999 (editado em fev. 2000).

MEDEIROS, Catiana de. Feira Nacional debate políticas públicas e comercialização em seminário. **MST**, 2018. Disponível em: <https://mst.org.br/2018/05/05/feira-nacional-debate-politicas-publicas-e-comercializacao-em-seminario/>. Acesso em: 20 set. 2021.

MEDEIROS, Catiana de. Feiras libertam mulheres da violência doméstica no RS. **MST**, 2019. Disponível em: <https://mst.org.br/2019/07/15/feiras-libertam-mulheres-da-violencia-domestica-no-rs/>. Acesso em: 20 set. 2021.

MEDEIROS, Catiana de. MST leva diversidade de produção orgânica em eventos de economia solidária. **MST**, 2018. Disponível em: <https://mst.org.br/2018/07/15/mst-leva-diversidade-de-producao-organica-em-eventos-de-economia-solidaria/>. Acesso em: 20 set. 2021.

MEDEIROS, Catiana de. Mulheres do MST participam de Feira Mundial de Economia Solidária. **MST**, 2018. Disponível em: <https://mst.org.br/2018/07/10/mulheres-do-mst-participam-de-feira-mundial-de-economia-solidaria/>. Acesso em: 20 set. 2021.

MEDEIROS, Catiana de. Pelo Programa Camponês, Via Campesina realiza mobilizações em Pelotas e Porto Alegre. **MST**, 2018. Disponível em: <https://mst.org.br/2018/04/18/pelo-programa-campones-via-campesina-realiza-mobilizacoes-em-pelotas-e-porto-alegre/>. Acesso em: 20 set. 2021.

MEDEIROS, Catiana de; DORNELAS, Luiza; RAUBER, Maiara. Sem conhecer MST, senador quer torná-lo terrorista. **MST**, 2018. Disponível em: <https://mst.org.br/2018/11/22/sem-conhecer-o-mst-senador-gaucho-quer-torna-lo-terrorista/>. Acesso em: 20 set. 2021.

MST. “A luta pela terra é uma luta coletiva e, diante disso, as conquistas também são”. **MST**, 2019. Disponível em: <https://mst.org.br/2019/07/05/a-luta-pela-terra-e-uma-luta-coletiva-e-diante-disso-as-conquistas-tambem-sao/>. Acesso em: 20 set. 2021.

MST. 35 coisas que você precisa saber sobre o MST. **MST**, 2019. Disponível em: <https://mst.org.br/2019/01/18/35-coisas-que-voce-precisa-saber-sobre-o-mst/>. Acesso em: 20 set. 2021.

MST. Café Guaií: um café de alma. **MST**, 2019. Disponível em: <https://mst.org.br/2019/10/24/cafe-guaii-um-cafe-de-alma/>. Acesso em: 20 set. 2021.

MST. Famílias assentadas do sudeste de Minas Gerais iniciam formação de cooperativa. **MST**, 2020. Disponível em: <https://mst.org.br/2020/03/03/familias-assentadas-do-sudeste-de-minas-gerais-iniciam-formacao-de-cooperativa/>. Acesso em: 20 set. 2021.

MST. Feira da Economia Solidária recebe debate sobre segurança e soberania alimentar. **MST**, 2020. Disponível em: <https://mst.org.br/2020/12/03/feira-da-economia-solidaria-recebe-debate-sobre-seguranca-e-soberania-alimentar/>. Acesso em: 20 set. 2021.

MST. MST em Alagoas lamenta falecimento da militante Sem Terra Silvana Soares. **MST**, 2020. Disponível em: <https://mst.org.br/2020/11/14/mst-em-alagoas-lamenta-falecimento-da-militante-sem-terra-silvana-soares/>. Acesso em: 20 set. 2021.

MST. MST lamenta a morte de Edécio Vigna. **MST**, 2020. Disponível em: <https://mst.org.br/2020/09/01/mst-lamenta-a-morte-de-edecio-vigna/>. Acesso em: 20 set. 2021.

OCTAVIANO, Carolina. Muito além da tecnologia: os impactos da Revolução Verde. **ComCiência**, n. 120, p. 0-0, 2010.

OLIVEIRA, Aline. No Ceará, VI Jornada Universitária inicia com presença das matriarcas da luta pela terra. **MST**, 2019. Disponível em: <https://mst.org.br/2019/04/08/no-ceara-vi-jornada-universitaria-inicia-com-presenca-das-matriarcas-da-luta-pela-terra/>. Acesso em: 20 set. 2021.

OLIVEIRA, Caroline. Stedile: 2021 vai ser o ano da vacina, da luta social e de mudanças na América Latina. **MST**, 2020. Disponível em: <https://mst.org.br/2020/12/29/stedile-2021-vai-ser-o-ano-da-vacina-da-luta-social-e-de-mudancas-na-america-latina/>. Acesso em: 20 set. 2021.

OLIVEIRA, Marcelo Leles Romarco de. **Retratos de assentamentos: Um estudo de caso em assentamentos rurais formados por migrantes na região do entorno do Distrito Federal**. Tese de Doutorado em Ciências Sociais. Rio de Janeiro: Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. 2007.

OLIVEIRA, Maxwell Ferreira de. **Metodologia científica: um manual para a realização de pesquisas em Administração**. Universidade Federal de Goiás. Catalão-GO, 2011.

PACHECO, Iris. Cestas agroecológicas têm colocado comida na mesa dos mineiros. **MST**, 2020. Disponível em: <https://mst.org.br/2020/07/28/cestas-agroecologicas-tem-colocado-comida-na-mesa-dos-mineiros/>. Acesso em: 20 set. 2021.

PACHECO, Iris. Comunidades quilombolas de Minas Gerais e organizações realizam troca de mais de 3 toneladas de alimentos. **MST**, 2020. Disponível em: <https://mst.org.br/2020/12/01/comunidades-quilombolas-de-minas-gerais-e-organizacoes-realizam-troca-de-mais-de-3-toneladas-de-alimentos/>. Acesso em: 20 set. 2021.

PEREGRINO, Thais. Primeira turma de Gestão em Cooperativas se forma no Nordeste. **MST**, 2018. Disponível em: <https://mst.org.br/2018/11/21/primeira-turma-de-gestao-em-cooperativa-se-forma-no-nordeste/>. Acesso em: 20 set. 2021.

RAMALHO, Renan; REIS, Thiago. Dilma assentou menos famílias que Lula e FHC; meta é 120 mil até 2018. **Jornal G1**, 2015. Disponível em: <http://g1.globo.com/politica/noticia/2015/03/dilma-assentou-menos-familias-que-lula-e-fhc-meta-e-120-mil-ate-2018.html>. Acesso em: 10 set. 2021.

RAUBER, Maiara. Ato público discute as problemáticas da mineração no RS. **MST**, 2019. Disponível em: <https://mst.org.br/2019/07/15/ato-publico-discute-as-problematicas-da-mineracao-no-rs/>. Acesso em: 20 set. 2021.

RAUBER, Maiara. Em 1979, Secretaria da Agricultura assessorava acampados da Macali e Brilhante. **MST**, 2019. Disponível em: <https://mst.org.br/2019/09/04/em-1979-secretaria-da-agricultura-assessorava-acampados-da-macali-e-brilhante/>. Acesso em: 20 set. 2021.

RAUBER, Maiara. Instituto de Educação Josué de Castro do MST doa mais de 600 móveis à Porto Alegre. **MST**, 2020. Disponível em: <https://mst.org.br/2020/08/18/instituto-de-educacao-josue-de-castro-do-mst-doa-mais-de-600-moveis-a-porto-alegre/#>. Acesso em: 20 set. 2021.

RAUBER, Maiara. Sem Terra participam da 15ª Feira Latino Americana de Economia Solidária. **MST**, 2019. Disponível em: <https://mst.org.br/2019/07/10/sem-terra-participam-da-15a-feira-latino-americana-de-economia-solidaria/>. Acesso em: 20 set. 2021.

REDE SOBERANIA. Levante camponês ajuda a vencer barreiras e leva governos a negociar pauta de reivindicações. Rede Soberania, *Site MST*, 2018. Disponível em: <https://mst.org.br/2018/04/24/levante-campones-ajuda-a-vencer-barreiras-e-leva-governos-a-negociar-pauta-de-reivindicacoes/>. Acesso em: 20 set. 2021.

SCHNEIDER, Sergio; MATTEI, Lauro; CAZELLA, Ademir. Histórico, caracterização e dinâmica recente do Pronaf. **Políticas públicas e participação social no Brasil rural**. Porto Alegre: Ed. UFRGS, p. 21-50, 2004.

SCOPINHO, R. A. **Sobre cooperação e cooperativas em assentamentos rurais**. Universidade de São Carlos, São Carlos, Brasil. *Psicologia & Sociedade*; 19, Edição Especial 1, p. 84-94, 2007.

SETOR DE COMUNICAÇÃO DO MST DA GRANDE REGIÃO SUL. Saiba porque o MST do sul do Brasil doou mais de 850 toneladas de alimentos em 2020. **MST**, 2020. Disponível em: <https://mst.org.br/2020/12/25/saiba-porque-o-mst-do-sul-do-brasil-doou-mais-de-850-toneladas-de-alimentos-em-2020/>. Acesso em: 20 set. 2021.

SETOR DE EDUCAÇÃO DO MST. Formação humana e a Campanha de solidariedade do MST. **MST**, 2020. Disponível em: <https://mst.org.br/2020/07/30/formacao-humana-e-a-campanha-de-solidariedade-do-mst/>. Acesso em: 20 set. 2021.

SILVA, Marcio Antônio Both da. **Lei de Terras de 1850: lições sobre os efeitos e os resultados de não se condenar “uma quinta parte da atual população agrícola”**. *Revista Brasileira de História*, v. 35, n. 70, p. 87-107, 2015.

SILVA, Maura. CONSOLE, Luciana. Fundo de Investimento permite financiar cooperativas de pequenos agricultores. **MST**, 2020. Disponível em: <https://mst.org.br/2020/05/22/fundo-de-investimento-permite-financiar-cooperativas-de-pequenos-agricultores/>. Acesso em: 20 set. 2021.

SOUZA, Geani Paula de. Cooperativa do MST realiza atividade no dia mundial da alimentação no Paraná. **MST**, 2019. Disponível em: <https://mst.org.br/2019/10/17/cooperativa-do-mst-realiza-atividade-no-dia-mundial-da-alimentacao-no-parana/>. Acesso em: 20 set. 2021.

STROPASOLAS, Pedro. “Somos prova de que é possível”: MST é referência em agroecologia. **MST**, 2020. Disponível em: <https://mst.org.br/2020/07/08/somos-prova-de-que-e-possivel-mst-e-referencia-em-agroecologia/>. Acesso em: 20 set. 2021.

VERGARA, Pablo. Famílias Sem Terra comemoram a aprovação de Unidade Pedagógica no Rio de Janeiro. **MST**, 2019. Disponível em: <https://mst.org.br/2019/02/21/familias-sem-terra-comemoram-a-aprovacao-de-unidade-pedagogica-no-rio-de-janeiro/>. Acesso em: 20 set. 2021.